

O perfil dos docentes não concursados na rede estadual de ensino de São Paulo

José Quibao Neto

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo/SP – Brasil

José Marcelino de Rezende Pinto

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo/SP – Brasil

Resumo¹

As condições de trabalho dos professores vêm sendo objeto de diversos debates e estudos no Brasil. Mais recentemente, ganharam notoriedade as questões relativas à situação contratual desses professores, visto que muitos daqueles que atuam nas redes públicas pelo Brasil não ingressaram na carreira pela via do concurso público, tendo, assim, diferentes vínculos empregatícios com o Estado. Ao constatar a presença de muitos docentes ativos com contrato temporário na Rede Estadual de Ensino de São Paulo, esse estudo teve como objetivo comparar o perfil dos docentes com condições contratuais diferentes nesta rede. Para tanto, utilizou-se como fonte os Microdados do Censo Escolar de 2011 a 2013, cujo banco foi elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), autarquia vinculada ao Ministério da Educação. Em linhas gerais, constatou-se que as diferenças significativas entre docentes efetivos/estáveis e temporários se dão em grande parte na faixa etária e, com menos intensidade, na raça/cor dos docentes. Em contraste, tem-se que os professores efetivos/estáveis e temporários possuem um perfil parecido nas outras variáveis que observamos: gênero, escolaridade e tipo de Instituição de Ensino Superior.

Palavras-chave: Perfil dos Professores. Rede Estadual de Ensino de São Paulo. Contrato Temporário de Trabalho.

The profile of temporary teachers in São Paulo State public education system

Abstract

The working conditions of teachers have been object of several debates and studies in Brazil. More recently, issues regarding their working contract situation have acquired prominence, since many of those who work in public schools in Brazil did not enter the career through a public contest, thus having different employment relationships with the State. Considering the presence of several teachers with a temporary contract in São Paulo State Public Education System, this study aimed to compare their profile with different working contract conditions in this network. For that, it was used the School Census microdata from 2011 to 2013, a databank developed by the Anísio Teixeira National Institute of Educational Studies and Research (Inep), an autarchy linked to the Ministry of Education. In general, it was found that the significant differences between public/tenured and temporary teachers are largely related with the age group and, with less intensity, with their race/skin color. In contrast, it was found that the public/tenured and the temporary teachers have a similar profile concerning the other variables: gender, schooling and type of Higher Education Institution.

Keywords: Teachers' profile. São Paulo State Education System. Temporary working contract.

¹ Este artigo foi elaborado a partir da dissertação *Docentes não concursados na Rede Estadual de Ensino de São Paulo: ordenamento jurídico, perfil e remuneração* (QUIBAO NETO, 2015), que foi financiada pela CAPES através de bolsa do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências de Letras da Universidade de São Paulo (USP, Campus de Ribeirão Preto).

Introdução

As condições de trabalho dos professores vêm sendo objeto de amplos debates no Brasil. Mais recentemente, ganharam notoriedade as questões relativas à situação contratual destes professores, visto que muitos dos docentes que atuam nas redes públicas pelo Brasil não ingressaram na carreira pela via do concurso público, tendo, assim, diferentes vínculos empregatícios com o Estado. Seja nos sindicatos, nos meios acadêmicos, nos órgãos e instituições de governo e nas escolas, a discussão sobre a contratação de professores não concursados tornou-se cotidiana.

Não à toa essa discussão tornou-se importante, uma vez que, em recente estudo sobre os professores no Brasil, o Tribunal de Contas da União (TCU) detectou altos índices de contratação temporária nas redes estaduais e chegou à conclusão de que em onze redes o percentual de professores temporários estava entre 40% a 67% do total de docentes atuantes em 2012 (BRASIL; TCU, 2014).

O tema, contudo, não é simples, pois se reconhece, em determinadas situações, a necessidade de profissionais em condição de contrato temporário para garantir o bom funcionamento do serviço público. Para Magalhães (2012) há a necessidade de reposição rápida de profissionais para substituir aqueles trabalhadores que estão afastados ou mesmo os que se aposentam. Entretanto, o que vem ocorrendo dentro das redes públicas de educação básica está longe de ser reposição, como aponta o estudo do TCU (2014).

Ademais, para proteger o trabalho e o trabalhador (MAGALHÃES, 2012), a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) estabeleceu a possibilidade de contratação temporária apenas em caso de excepcionalidade (Artigo 37, inciso IX). A mesma Carta Magna afirma que esse tipo de contratação não deve substituir a exigência de aprovação em concursos de provas e títulos para os servidores públicos (Artigo 37, inciso II), em especial, dos profissionais da educação, pois o concurso está entre os princípios constitucionais que regem o funcionamento da educação básica pública e é parte constitutiva da valorização docente (BRASIL, 1988, Art. 206, inciso V).

Além desses argumentos pautados na legislação pertinente à contratação de professores, há o elemento da qualidade do docente que está em sala de aula, garantindo o funcionamento adequado da rede pública. Isso porque o concurso público é uma ferramenta que afere o mérito/capacidade dos candidatos à docência para atuar na profissão. Dessa forma, a contratação de professores temporários é um problema, pois não há garantia de que eles sejam os mais aptos para o exercício da profissão e, com isso, o que se compromete é o direito a uma educação de qualidade dos estudantes da rede pública (PINTO, 2009).

Nesse sentido, também vale ressaltar que a carreira docente se diferencia das demais, principalmente por lidar com alto grau de subjetividade que perpassa o cotidiano da atividade docente, tanto em sala de aula como fora dela (GATTI et al., 2009). Daí a importância de um concurso público que consiga – da melhor forma possível – aferir a aptidão do candidato a seguir na carreira, garantindo qualidade à educação.

Tendo em vista essa questão, nosso objetivo com a pesquisa que se apresenta foi entender a dinâmica da contratação temporária na Rede Estadual de Ensino São Paulo (REE/SP), uma das maiores redes públicas do País. Ou seja, procuramos encontrar

elementos através da elaboração de um perfil docente que mostrasse as principais diferenças entre os professores contratados por tempo determinado e os professores efetivos.

Aspectos metodológicos

Para trabalhar com o perfil dos docentes na REE/SP, utilizamos como fonte os microdados do Censo Escolar de 2011 a 2013, cujo banco foi elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), autarquia vinculada ao Ministério da Educação. Trata-se de um dos grandes bancos de dados públicos desenvolvidos para a disseminação de informações educacionais das redes básicas de ensino. Os microdados, em sua maioria, estão configurados para uso em SPSS (Statistical Package for the Social Science), o que justifica a escolha deste programa².

Porém, o Censo Escolar é um banco de dados com muitas informações sobre professores, de forma que, a partir dos dados do Censo, foi construído um novo banco apenas com as informações necessárias para se trabalhar o perfil docente. A ideia seguiu com o que apresenta Gatti (2004) ao descrever a importância do trabalho quantitativo. A autora lembra que as informações normalmente estão localizadas em uma grande massa de dados, o que permite confusões; assim, uma parte importante da pesquisa é selecionar os dados que podem “auxiliar” e dar “subsídios” para responder questões levantadas pelo pesquisador, por isso, a autora sugere a criação de um banco de dados da própria pesquisa.

Para a construção do banco tomou-se como ponto de partida o ano em que o regime de contratação dos docentes foi incluído como nova variável no Censo Escolar, o que aconteceu recentemente, em 2011, que marcou o início dessa série histórica. No Gabarito Docente de 2011, preenchido pelas unidades escolares e enviado ao Inep para tabulação dos dados, encontram-se as seguintes alternativas sobre o regime de contratação: a) Concursado/Efetivo; b) Contrato temporário; e c) Contrato terceirizado. É possível perceber que em 2011 não se fazia referência aos docentes estáveis (professores contratados por tempo determinado que ganharam estabilidade em 2007), gerando um grande número de casos ‘em branco’ nessa variável. De tal modo, formou-se um campo sem preenchimento no qual foi possível averiguar, na frequência dos dados, que esses casos sem registro correspondiam a 25% (39.945) dos professores. Esses casos foram contabilizados como os estáveis, embora não se saiba qual é a exata situação funcional desses docentes, porém, realizando tal procedimento (efetivos/estáveis) os números se aproximaram mais dos outros anos.

No ano de 2012, o Gabarito Docente é mais detalhado na classificação da mesma variável. Há duas categorias a mais no regime de contratação docente: a primeira é o aparecimento dos estáveis no campo “concursado/efetivo/estável”; e a segunda é a inclusão do campo “Contrato CLT”. O gabarito de 2013 segue esse mesmo padrão.

O número de professores da amostra segue apresentado na Tabela 1.

² Aqui cabe um agradecimento à Doutoranda Aline Kazuko Sonobi (PPGE – UFPR), que muito ajudou com o tratamento dos dados e com orientações específicas sobre o programa SPSS.

Tabela 1 – Número de professores da rede estadual de SP (2011 a 2013)

ANO	Efetivos/Estáveis	%	Temporários	%	Total
2011	136.854	86,2	21.940	13,8	158.794
2012	132.193	76,8	39.949	23,2	172.142
2013	126.500	75,4	41.264	24,6	167.764

Fonte: Tabela elaborada pelos autores com base nos dados do Censo Escolar de 2011 a 2013.

Vale destacar as variáveis com as quais trabalhamos, formando o banco de dados específico para este trabalho, e que o novo banco também se baseava apenas nas variáveis³ definidas para traçar o perfil de docentes temporários e efetivos/estáveis. Assim, foram excluídas todas as variáveis que não atendiam a esse critério, de forma que o último banco de dados para os anos de 2011, 2012 e 2013 continha apenas as seguintes informações: a) caso de análise: docentes da REE/SP temporários e efetivos/estáveis no ensino regular; b) variáveis qualitativas⁴: cor/raça, gênero, escolaridade, tipo de instituição de formação superior, etapa de ensino; c) variáveis quantitativas⁵: faixa etária.

Por fim, as tabelas que serão analisadas no texto também foram elaboradas no programa SPSS, entretanto, estas receberam tratamento no programa Microsoft Excel, de maneira a garantir melhor visualização dos dados obtidos. Abaixo, o Diagrama 1 descreve os procedimentos utilizados para se chegar ao banco de dados para o perfil.

³ A definição de *variável* que utilizamos: “Uma variável pode assumir valores diferentes para indivíduos distintos. Convencionalmente, costumam ser expostas nas bases de dados em diferentes colunas [...]” (BRUNI, 2012, p. 3).

⁴ A definição de *variável qualitativa* que utilizamos: “Variáveis qualitativas não podem ser operadas matematicamente ou comparadas. Não é possível responder, por exemplo, o que é maior, masculino ou feminino, ou qual é a média entre Márcio, Juliana e Diogo” (BRUNI, 2012, p. 3).

⁵ A definição de *variável quantitativa* que utilizamos: “alternativas intermediárias. Variáveis quantitativas, como idade, renda e outras, permitem comparações e operações matemáticas. Por exemplo, é possível dizer que quem possui 26 anos possui o dobro da idade de quem possui 13 anos. Ou que a média da renda de quem ganha \$ 10,00 e quem ganha \$ 12,00 é igual a \$ 11,00” (BRUNI, 2012, p. 4).

Diagrama 1 – Procedimentos dentro do programa SPSS para formação de banco de dados específico à pesquisa

Etapa 1: acesso ao banco

- Download do Microdados Censo Escolar no sítio do Inep:
<http://portal.inep.gov.br/>;

Etapa 2: Selecionar os casos

- Abrir o banco de dados referente aos professores do estado de São Paulo (TS_DOCENTES_SP);
- Selecionar os casos em que:
 - a) função exercida na escola seja a docência (ID_TIPO_DOCENTE =1);
 - b) dependência administrativa seja a estadual (ID_DEPENDENCIA_ADM =2);
 - c) modalidade de ensino seja o ensino regular (FK_COD_MOD_ENSINO =1);

Etapa 3: construir um novo banco

- Agregar os códigos docentes: (FK_COD_DOCENTE) e criar novo banco;
- Inserir variáveis no novo banco:
 - a) faixa etária (NUM_IDADE);
 - b) gênero (TP_SEXO);
 - c) cor/raça (TP_COR_RAÇA);
 - d) escolaridade (FK_COD_ESCOLARIDADE);
 - e) tipo de instituição de ensino superior (ID_TIPO_INSTITUIÇÃO);
 - f) regime de contratação (ID_TIPO_CONTRATAÇÃO);
 - g) etapa de ensino (FK_COD_ETAPA_ENSINO);

Perfil de docentes da REE/SP segundo contratação

Faixa etária dos docentes da REE/SP

Nas tabelas da faixa etária, procuramos estabelecer os intervalos de acordo com os dados da amostra. Cabe ressaltar que os dados da faixa etária não informam o tempo na carreira, de modo que um professor pode estar dentro da faixa etária de 50 anos e ser recém ingressado no funcionalismo público, embora isso não seja comum. Ademais, como faixa etária é uma variável em que há muita dispersão, pensamos em intervalos de 10 anos para análise, de maneira que as tabelas tivessem poucas linhas e se facilitasse a visualização.

Seguindo nas informações sobre os dados, destacamos que se optou por começar a contabilizar a faixa etária a partir da primeira idade em que mais casos apareciam nos bancos, que foi 23 anos em 2011, e seguimos o mesmo procedimento para os outros anos. Assim, os anos anteriores a 23 anos são inexpressivos em número de professores; a mesma intervenção foi feita para os anos acima de 63 anos. De toda forma, ressaltamos que o mínimo e o máximo achados em todos os anos foram, respectivamente, 18 anos (um caso) e 85 anos (um caso). Dito isso, vejamos a Tabela 2.

Tabela 2 – Distribuição do percentual de professores para efetivos/estáveis e para temporários na rede estadual de SP por faixa etária de 2011 a 2013

Faixa Etária	Situação Funcional	2011	2012	2013
23 a 32 anos (%)	Efetivos/Estáveis	16,3	15,8	14,7
	Temporários	43	37,7	39,1
33 a 42 anos (%)	Efetivos/Estáveis	35,1	33,5	32,7
	Temporários	29,1	30,9	31,3
43 a 52 anos (%)	Efetivos/Estáveis	37,9	35,2	40,4
	Temporários	19,3	21,8	20,2
52 a 62 anos (%)	Efetivos/Estáveis	10,3	10,9	11,5
	Temporários	5,4	6,4	6,2
Média (nº)	Efetivos/Estáveis	44	44	44
	Temporários	36	36	37
Total (nº)	Efetivos/Estáveis	136.854	123.193	126.500
	Temporários	21.940	39.949	41.264

Fonte: Tabela elaborada pelos autores com base nos microdados do Censo Escolar de 2011 a 2013.

Observando para os dados da Tabela 2, percebe-se que os professores efetivos/estáveis se concentram mais entre 43 a 63 anos, em 2013, representando cerca de 52% do total de professores nessa situação funcional. De certa forma, isso indica que um número significativo de docentes deve se aposentar nos próximos anos.

Ainda sobre os efetivos/estáveis, a segunda maior concentração de docentes situa-se entre 33 e 42 anos, em média 34%, assim, há menos agrupamento entre os mais novos, 23 a 32 anos, apenas 15,6% em média nos anos da tabela.

Em contraposição aos dados de efetivos e estáveis, a distribuição da faixa etária inverte-se com os docentes temporários. Em todos os anos da tabela, a maior parte encontra-se entre os mais jovens, sendo a segunda faixa etária de 33 a 42 anos. Todavia, ainda é impressionante a existência de 27% dos professores temporários com idade acima dos 43 anos em 2013.

Buscando uma interpretação sobre os dados da Tabela 2, o grande número de docentes temporários na faixa etária mais nova se justifica por estar conectada à iniciação na vida profissional de jovens que saem do ensino superior em busca de um emprego.

Outra interpretação, que pode ser corroborada pela literatura analisada (KRUPPA, 1994; PAULA, 2007), é que muitos professores jovens não ingressam na docência pela via do concurso público, pois são reprovados na prova, restando a função temporária. Além disso, com esses dados percebe-se que não há falta de professores jovens na REE/SP, mas há restrições ao acesso destes na carreira, seja pela baixa atratividade, deixando a docência como trabalho provisório ou não quisto pelos melhores candidatos, seja pela dificuldade de parte dos jovens ingressarem pela via do concurso público.

De toda forma, o excessivo número de temporários tem impacto negativo sobre a oferta educacional, pois essa grande parcela de professores não foi aprovada em concurso público, o principal meio de aferir a qualidade desses profissionais. Aumentando o problema, uma boa parte dos docentes jovens estão nessa situação funcional seja por encararem a docência como um “bico”, seja por esta ser apenas uma introdução ao mundo do trabalho, ou ainda por não serem

aprovados pelo concurso público. Por fim, o número significativo de docentes temporários com idades acima de 43 anos, quando se sabe que houve vários concursos nos últimos anos⁶, aponta que muitos desses professores devem ter se submetido a concursos públicos de ingresso na carreira, mas não obtiveram a aprovação. Essa constatação aumenta a preocupação sobre a qualidade do ensino que se está oferecendo aos estudantes dessa rede.

Distribuição dos docentes quanto ao gênero

Os dados apresentados a seguir se referem ao gênero dos professores.

Tabela 3 – Percentual de docentes efetivos/estáveis e docentes temporários na rede estadual de SP segundo gênero de 2011 a 2013

ANO	Efetivos/Estáveis			Temporários		
	Homem (%)	Mulher (%)	Total	Homem (%)	Mulher (%)	Total
2011	24,7%	75,3%	136.854	32,8%	67,2%	21.940
2012	26,3%	73,7%	132.193	31,1%	68,9%	39.949
2013	26,4%	73,6%	126.500	32,0%	68,0%	41.264

Fonte: Tabela elaborada pelos autores com base nos microdados do Censo Escolar de 2011 a 2014.

Como é possível observar, entre os efetivos/estáveis o índice de mulheres é maior em todos os anos, de forma que estas representam ampla maioria na série, com média de 74,2% nos anos da amostra. Nota-se, de fato, uma pequena diminuição no percentual, mas o quadro apresentado está longe de uma equiparação. Em relação aos temporários, repete-se a maior concentração de mulheres, porém de modo menos expressivo do que em relação às professoras efetivas/estáveis.

Com efeito, parece relevante destacar que há mais homens entre os professores temporários, cerca de 32% em média nos anos destacados pela tabela, contra a média de 25,8% de efetivos e estáveis. Dado que a função de temporário na REE/SP, como foi visto até aqui, apresenta-se majoritariamente como um trabalho secundário entre as atividades realizadas pelos professores, esse dado da Tabela 3 parece reforçar a constatação de que os homens buscam mais a atividade docente como “bico” para complementar a renda.

Outra análise interessante sobre o gênero é apresentada no estudo de Sampaio et al. (2002) sobre o perfil de professores no Brasil; segundo o estudo, os dados de gênero sobre o perfil dos docentes variam bastante segundo a série e a disciplina ministrada. Na Tabela 4 apresenta-se um retrato de 2011, mostrando o percentual segundo gênero por etapas educacionais.

Tabela 4 – Docentes efetivos/estáveis e temporários por gênero na rede estadual de SP, segundo etapa educacional em 2011

Cargo	Etapa educacional	EFETIVO/ESTÁVEL		TEMPORÁRIO	
		MULHER	HOMEM	MULHER	HOMEM
PEB I	Educação Infantil	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%
	Anos Iniciais	9,6%	1,2%	7,7%	1,8%
PEB II	Anos Finais	34,7%	10,4%	31,4%	13,8%
	Ensino Médio	29,2%	14,7%	27,2%	18,0%

Fonte: Tabela elaborada pelos autores com base nos microdados do Censo Escolar de 2011.

⁶ Foram realizados Concursos Públicos para provimento de cargo docente na REE/SP nos recentes anos de: 1999, 2003, 2005 (PEB I), 2007, 2010, 2013 e 2015 (PEB I).

Como se pode observar, as mulheres continuam maioria em todas as etapas, sejam professoras efetivas/estáveis ou temporárias. Por outro lado, verifica-se o aumento do percentual masculino conforme aumenta a idade do aluno, a mesma situação que pontua o estudo citado. Além disso, reforça-se nesta tabela que há mais professores homens que integram o contingente de temporários, e que o percentual destes também aumenta conforme majora a idade dos alunos, chegando a representar 18% no ensino médio.

Perfil dos docentes quanto à Cor/Raça

O debate de cor e raça é uma preocupação no âmbito das ciências sociais brasileiras e trata-se de um elemento central para se entender a formação do Estado brasileiro. A literatura especializada nesse debate (MOYA; SILVÉRIO, 2009; MUNANGA; GOMES, 2006, entre outros) ressalta que a experiência colonial e escravista deixou hierarquias estruturantes de cunho material e simbólico, que se refletem nas grandes diferenças socioeconômicas entre as populações branca e negra no Brasil. Neste tópico, buscaremos entender se essas marcas históricas deixadas pelo passado colonial refletem-se, de alguma forma, na REE/SP, através de um olhar comparativo entre o perfil racial e a situação funcional dos docentes.

Para iniciar o tópico, apresenta-se a Tabela 5, que mostra o perfil racial da população paulista em 2010.

Tabela 5 – Perfil racial da população paulista em 2010

Cor/Raça	População	%
Branca	26.347.203	63,9%
Preta	2.275.649	5,5%
Parda	11.998.656	29,1%
Amarela	557.907	1,4%
Indígenas	41.771	0,1%
Total População	41.221.186	100,0%

Fonte: Tabela elaborada pelos autores com base nos dados coletados junto à Fundação Seade – Informações sobre os municípios paulistas.

Em 2010, 63% da população do estado de São Paulo era da cor branca, seguida de 29,1% de pardos, e 5,5% de negros, 1,4% amarelos e apenas 0,1% de indígenas.

Traçado o perfil racial da população paulista, vejamos a Tabela 6, que apresenta o percentual de docentes efetivos/estáveis e de temporários em cada cor/raça.

Tabela 6 – Percentual de docentes efetivos/estáveis e temporários na REE/SP segundo cor/raça

Cor/raça	Situação funcional	2011	2012	2013
Não declarada	Efetivos/estáveis	3,8%	4,3%	5,2%
	Temporários	3,3%	3,9%	5,2%
Branca	Efetivos/estáveis	83,4%	82,7%	81,9%
	Temporários	80,2%	78,9%	77,1%
Preta	Efetivos/estáveis	3,7%	3,8%	3,8%
	Temporários	5,1%	5,4%	5,6%
Parda	Efetivos/estáveis	8,2%	8,2%	8,2%
	Temporários	10,3%	10,8%	11,5%
Amarela	Efetivos/estáveis	0,9%	0,9%	0,8%
	Temporários	0,6%	0,6%	0,5%

Indígena	Efetivos/estáveis	0,1%	0,1%	0,1%
	Temporários	0,5%	0,4%	0,4%
Total	Efetivos/Estáveis	136.854	132.193	126.500
	Temporários	21.940	39.949	41.264

Fonte: Tabela elaborada pelos autores com base nos microdados do Censo Escolar de 2011 a 2013.

A tabela acima mostra que há predominância de docentes declarados da cor/raça Branca, seja na categoria dos efetivos/estáveis, seja na dos temporários. Em ambos os casos esse índice está bem acima da participação dessa etnia na população do estado. Depois deles, vêm os declarados da cor/raça Parda e Preta, seguidos da Amarela e Indígena. Em média, excetuando os brancos e indígenas entre os temporários, todas as outras raças estavam em menor proporção na REE/SP do que no perfil estadual.

Entre os efetivos/estáveis, os declarados brancos representam cerca de 83% em todos os anos, já os negros e pardos representam menor percentual, juntos representam cerca de 12%, indígenas e amarelos apresentam percentuais muito pequenos, abaixo de 1% em toda série histórica.

Entre os professores temporários, novamente, a grande maioria de professores são declarados brancos, porém, o percentual declarado da cor negra é maior e crescente se comparado aos efetivos/estáveis, bem como a declaração de professores pardos nos respectivos anos da série histórica. Em média, entre os temporários há cerca de 16,2% de negros e pardos, contra 12% destes entre os efetivos e estáveis.

Com esses dados, é possível perceber que há uma maior recorrência de professores da cor/raça negra e parda na REE/SP entre os docentes temporários quando comparados com os efetivos/estáveis. Essa constatação reforça a análise da literatura especializada sobre as desigualdades raciais no Brasil, tendo em vista que os contratados temporariamente detêm regimes de trabalho mais precarizados. Com efeito, pode-se afirmar que, dentro da REE/SP, há maior participação entre pardos e negros na precarização da atividade docente.

Por fim, vale ressaltar que, comparando o perfil do estado com o perfil da REE/SP e tirando os brancos, todas as outras raças estão sub-representadas entre os docentes. Impressiona o fato de a proporção de docentes pardos e negros ser inferior à metade da participação dessa etnia na população. Esse fato ajuda a entender a grande dificuldade dos docentes em trabalhar com situações de racismo em sala de aula, como aponta estudo de Adriana Guimarães (2007).

Perfil dos docentes quanto à escolaridade

A escolaridade requerida para a atividade docente nas redes básicas está demarcada no artigo 62 da LDB:

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal (BRASIL, 2013, online).

Com a lei citada, fica claro que a regra geral de formação mínima para a atuação na educação básica é a licenciatura, de graduação plena, sendo admitida, na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, a formação de nível médio na modalidade normal. Dito isso, vejamos a escolaridade dos professores na REE/SP por regime de contrato.

Tabela 7 – Distribuição do percentual de docentes efetivos/estáveis e temporários da REE/SP segundo escolaridade de 2011 a 2013

Grau de escolaridade	Efetivos e Estáveis			Temporários		
	2011	2012	2013	2011	2012	2013
Fundamental incompleto	0	0	0	0,1	0	0
Fundamental completo	0	0	0	0,2	0,1	0,1
Ensino Médio - Normal/Magistério	1,8	1,8	1,5	3,8	3,5	3,6
Ensino Médio - Normal/Magistério Específico Indígena	0,1	0,1	0,1	0,3	0,2	0,2
Ensino Médio	2,7	2,1	1,6	2,4	2,9	2,1
Superior completo	95,3	96,2	96,8	93,3	93,2	93,9
Total (nº)	136.854	123.193	126.500	21.940	39.949	41.264

Fonte: Tabela elaborada pelos autores com base nos microdados do Censo Escolar de 2011 a 2013.

Os dados da Tabela 7 apontam que a grande maioria dos professores efetivos e estáveis são formados no Ensino Superior, um importante indicador que pode apontar para a maior qualidade na oferta educacional. O percentual de professores formados no Ensino Médio, por outro lado, é baixo e decresce nos anos observados. Os dados seguem o mesmo padrão para os professores temporários, de maneira que não há diferenças na escolaridade entre os diferentes regimes de contratação. Esse decréscimo também pode se relacionar à progressiva passagem dos anos iniciais do ensino fundamental para a responsabilidade dos municípios e a não realização de concursos para professores dos anos iniciais na rede estadual.

A única diferença que pode ser apontada é a presença de um percentual um pouco mais elevado de docentes com formação na modalidade “ensino médio Normal/Magistério” entre os professores temporários.

Ainda neste tópico, parece importante detalhar um pouco mais a análise dos docentes com ensino superior, pois a formação muitas vezes não é acompanhada da Licenciatura, como se verifica na Tabela 8, que apresenta o percentual de professores com ensino superior, diferenciando a variável licenciatura (ID_LICENCIATURA):

Tabela 8 – Percentual de professores efetivos/estáveis e temporários com ensino superior segundo graduação com Licenciatura

		2011	2012	2013
Efetivos/Estáveis	Ensino Superior Com Licenciatura	68,9	78,6	82,2
	Ensino Superior Sem Licenciatura	26,4	17	14
Temporários	Ensino Superior Com Licenciatura	64,4	77,5	80,3
	Ensino Superior Sem Licenciatura	28,7	15,7	13,7

Fonte: Tabela elaborada pelos autores com base nos microdados do Censo Escolar de 2011 a 2013.

Novamente os dados mantêm o mesmo padrão para os diferentes regimes de contratação: a maior parte dos docentes possui cursos de ensino superior com Licenciatura. Ainda, é possível perceber que o percentual de licenciados aumenta na série, um fato positivo.

Isso confirma que o problema não é falta de licenciados formados, como mostra o estudo de Pinto (2014). Contudo, a formação em licenciatura, em especial nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio, não garante que o professor leccione a disciplina da área em que se graduou.

Ainda sobre a Tabela 8, parece importante destacar que, embora a maioria dos professores seja de licenciados, o percentual de docentes sem licenciatura é alto, 14% mesmo entre os efetivos em 2013. Ainda que a lei não exija a formação em licenciatura plena para a atuação docente na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, o acesso à formação universitária de todos os professores da educação básica ainda é um desafio mesmo na REE/SP, constituindo-se em uma meta a ser alcançada em prol de uma educação de qualidade para todos.

Nesse sentido, a Meta 15 do novo Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005/14, colocou como objetivo aos entes federados que estes garantam no prazo de um ano – ou seja, para junho de 2015 – uma política de formação dos profissionais da educação, para assegurar que todos os professores da educação básica possuam formação específica em nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam (BRASIL; MEC, 2014).

Tipo de Instituição de formação dos docentes da REE/SP

Este tópico refere-se aos docentes que possuem ensino superior. O Censo Escolar traz uma série de informações sobre a formação profissional, abrangendo inclusive dados sobre a segunda e terceira formação de um único docente. Estes dados, porém, são irrisórios para a rede estadual.

Por outro lado, uma das variáveis relativas à formação que devemos considerar é o tipo de instituição em que os docentes se formaram, a saber, se é uma instituição de ensino superior (IES) pública ou particular. Os dados são apresentados na Tabela 9, que mostra a diferença entre os docentes efetivos/estáveis e temporários segundo o tipo de IES cursada.

Tabela 9 – Distribuição do percentual de docentes efetivos/estáveis e temporários da REE/SP segundo tipo de IES de 2011 a 2013

Tipos de IES	Efetivos/Estáveis			Temporários		
	2011	2012	2013	2011	2012	2013
IES Público	10,3%	11,2%	11,3%	9,0%	10,0%	9,1%
IES Privado	85,0%	84,9%	88,7%	84,3%	83,2%	84,8%
Total (nº)	136.854	129.283	126.500	21.940	38.643	41.264

Fonte: Tabela elaborada pelos autores com base nos microdados do Censo Escolar de 2011 a 2013.

Os dados da tabela mostram que a maior parte dos professores, independentemente da situação funcional, é formada em IES privadas. Na série histórica apresentada, a média para efetivos e estáveis é de 86,2% e para temporários 84,1%. Cerca de 10% a 11% dos docentes são formados em IES Públicas. Estes dados apontam para a questão da atratividade da carreira docente, pois o estudo já citado de Pinto (2014) indica uma grande disponibilidade de licenciados formados em IES públicas, cuja formação é reconhecidamente melhor que aquela oferecida pelas IES privadas.

No estudo de Luciana França Leme (2012), a autora buscou entender o baixo interesse pela carreira docente a partir de entrevistas e questionários respondidos com os estudantes do curso de Licenciatura em Física, Matemática e Pedagogia da Universidade de São Paulo (USP). Dentre as causas que afastam os estudantes do magistério apontados no resultado tem-se: as condições de trabalho nas escolas e a questão salarial, elementos muito ligados à atratividade das carreiras (LEME, 2012). Esse conjunto de fatores tende a causar um afastamento dos jovens egressos dessa universidade pública das vagas no ensino básico público, como mostra a Tabela 9.

Além disso, no estudo de Louzano et al. (2010), sobre o perfil dos docentes que ingressam nas redes básicas, mostra-se que houve um *boom* no número de programas nas instituições de ensino superior concebidas para formar professores, em especial no setor privado. Ainda, os autores afirmam que esse crescimento não foi devidamente regulamentado e investigado pelos órgãos responsáveis, assim, embora tenham-se formado muitos professores para atuação nas escolas, a maior escolaridade destes tem impactado pouco a qualidade da oferta educacional.

Local de trabalho dos docentes na REE/SP

Neste tópico descreveremos o local de trabalho dos efetivos/estáveis e temporários. Os dados apresentados referem-se à distribuição de docentes por Diretoria de Ensino no ano de 2014, portanto, teremos um retrato da REE/SP sem, contudo, podermos observar sua evolução no tempo.

Vale ressaltar que os dados não foram coletados através dos microdados do Censo Escolar. Estes foram enviados pela SEE/SP por meio de pedido pela Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/11).

Dentro da estrutura da SEE/SP existem as Diretorias Estaduais de Ensino (DEs). A DE é um órgão do poder executivo estadual que administra uma região com um determinado número de escolas. Estas estão espalhadas pelas diversas regiões da capital paulista e da Grande São Paulo, bem como pelos municípios no interior. Sua principal tarefa é auxiliar na intermediação entre SEE/SP e as unidades escolares, seja nas questões de cunho mais prático, como a atribuição de aulas, cadastro de professores etc., seja para questões políticas e de supervisão de ensino. Em resumo, as DEs funcionam como órgãos descentralizados da SEE/SP para as unidades escolares de uma determinada região geográfica/administrativa do estado.

No total, existem 13 DEs na capital paulistana, São Paulo, outras 14 na Grande São Paulo, e 62 espalhadas pelo interior do estado. Escolhemos trabalhar com a capital porque, nesse caso, é possível observar se há mais docentes temporários nas regiões centrais ou periféricas da cidade. Os dados para a capital são apresentados na Tabela 10.

Tabela 10 – Docentes efetivos/estáveis e temporários por Diretoria de Ensino da capital

Diretoria de Ensino	Efetivos/Estáveis	%	Temporários	%	Total
D.E.REG. CENTRO	2.551	78,6%	682	21,0%	3.244
D.E.REG. CENTRO OESTE	2.632	73,1%	961	26,7%	3.601
D.E.REG. CENTRO SUL	3.068	80,4%	740	19,4%	3.818
D.E.REG. LESTE 1	4.160	79,8%	1.040	19,9%	5.216
D.E.REG. LESTE 2	5.268	79,1%	1.373	20,6%	6.660
D.E.REG. LESTE 3	3.728	74,9%	1.246	25,0%	4.979
D.E.REG. LESTE 4	3.442	75,5%	1.106	24,3%	4.557
D.E.REG. LESTE 5	3.069	73,1%	1.123	26,8%	4.198
D.E.REG. SUL 1	4.190	74,4%	1.432	25,4%	5.630
D.E.REG. SUL 2	4.588	70,7%	1.896	29,2%	6.492
D.E.REG. SUL 3	4.939	76,5%	1.509	23,4%	6.457
D.E.REG. NORTE 1	4.599	73,7%	1.624	26,0%	6.238
D.E.REG. NORTE 2	3.096	73,7%	1.094	26,0%	4.200

Fonte: Tabela elaborada pelos autores com base nos dados do Cadastro Funcional da Educação – CGRH – inclui afastados.

A Tabela 10 mostra que as DEs que mais concentram professores temporários, percentualmente, são as DE Sul 2 (29,2%) e Leste 5 (26,8%). Estas são também as regiões mais afastadas do centro, localizadas em zonas periféricas e mais pobres da cidade de São Paulo. Na sequência destas, tem-se a DE Centro Oeste (26,7%), e a Norte 1 e 2, que possuem o mesmo percentual de temporários (26,7%).

As Diretorias da região Centro Sul, Leste 1 e 2 e Centro são as que menos concentram professores nesse regime de trabalho. Estas regiões possuem maior facilidade de acesso às escolas, principalmente pela via do transporte público. Ressalta-se que a média geral de temporários para a capital por DE é 24,1%, já para o interior 22,4%.

Conclusão

Em poucas palavras vale resumir as informações que obtivemos com este perfil.

Pôde-se perceber, primeiramente, que as diferenças significativas entre docentes efetivos/estáveis e temporários se dão em grande parte na faixa etária e, com menos intensidade, na raça/cor dos docentes. Os temporários são, portanto, mais jovens e mais “negros” e “pardos” em relação aos efetivos, embora a raça/cor “branca” se apresente com uma maior frequência nos dois casos. Além disso, na capital de São Paulo, os temporários estão mais concentrados nas Diretorias de Ensino de regiões mais afastadas do centro, que são também onde residem as famílias mais pobres.

Em contraste, tem-se que os professores efetivos/estáveis possuem um perfil parecido nas outras variáveis que observamos: gênero, escolaridade e tipo de IES. Nesse mesmo sentido, verifica-se que a ampla maioria do magistério paulista é formada por mulheres e que boa parte dos docentes possui nível superior e licenciatura. Por fim, em relação aos professores com nível superior, verifica-se que a maioria frequentou uma instituição privada, independentemente do tipo de contratação.

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil - 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, 5 out. 1988. p. 1.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior. Parecer CNE/CEB nº09 de 2009. Revisão da Resolução CNE/CEB nº 3/97, que fixa Diretrizes para os Novos Planos de Carreira e de Remuneração para o Magistério dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 02 de abril, 2009. Seção 1, p. 25. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb009_09.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2015.

BRASIL. Lei n. 12.796, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 05 abr. 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm>. Acesso em: 9 fev. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Planejando a Próxima Década – conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação. Brasília: 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2015.

BRASIL. Tribunal de Contas da União (TCU). Relatório de Auditoria (Fiscalização nº 177/2013). Brasília: TCU, 2014. Disponível em: <http://portal3.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/imprensa/noticias/noticias_arquivos/007.081-2013-8%20ensino%20medio.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2015.

BRUNI, Adriano Leal. **SPSS Guia Prático para Pesquisadores**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GATTI, Bernadete A. et al. **A atratividade da carreira docente no Brasil**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Fundação Victor Civita, 2009. [Relatório de pesquisa].

GATTI, B. Estudos quantitativos em educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 11-30, jan./abr. 2004.

GUIMARÃES, Adriana Cristina. **As Vivências de um Grupo de Estudantes Negros de uma Escola Pública em Relação à Discriminação Racial**. 2007. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2007.

KRUPPA, Sonia. **O Movimento de Professores em São Paulo**: Sindicalismo no Serviço Público - O Estado como Patrão. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

LEME, Luciana França. **Atratividade do Magistério para a Educação Básica**: estudo com ingressantes de cursos superiores da Universidade de São Paulo. 2012. Dissertação

(Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

LOUZANO, Paula; ROCHA, Valeria; MORICONI, Gabriela; OLIVEIRA, Romualdo Portela. Quem quer ser professor? Atratividade, seleção e formação docente no Brasil. **Estudos em Avaliação Educacional** (Impresso), São Paulo, v. 21, p. 543-568, 2010.

MAGALHÃES, Alexandre. **Contratação Temporária Por Excepcional Interesse Público: aspectos polêmicos**. São Paulo: Atlas, 2012.

MOYA, Thais Santos; SILVÉRIO, Valter Roberto. Ação Afirmativa e Raça no Brasil Contemporâneo: um debate sobre a redefinição simbólica da nação. **Sociedade e Cultura**, v. 12, p. 235/3-250, 2009.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O Negro no Brasil de Hoje**. São Paulo: Global Editora, 2006.

PAULA, Ricardo Pires de. **Entre O Sacerdócio e a Contestação: uma história da Apeoesp (1945-1989)**. 2007. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2007.

PINTO, José Marcelino Rezende. O que explica a falta de professores nas escolas brasileiras? **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba, v. 9, p. 3, 2014.

PINTO, José Marcelino Rezende. Remuneração adequada do professor: desafio à educação brasileira. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 3, p. 51-67, 2009.

QUIBAO NETO, José. **Docentes não concursados na Rede Estadual de Ensino de São Paulo: ordenamento jurídico, perfil e remuneração**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2015.

SAMPAIO, Carlos Eduardo Moreno et al. Estatísticas dos professores no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 83, n. 203/204/205, p. 85-120, jan./dez. 2002.

José Quibao Neto é Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP, Campus de São Paulo).
E-mail: jose.quibao.neto@usp.br

José Marcelino de Rezende Pinto é Professor da Faculdade de Filosofia, Ciências de Letras da Universidade de São Paulo- USP.
E-mail: jmrpinto@ffclrp.usp.br

Recebido em 21 de setembro de 2016

Aprovado em 08 de dezembro de 2016

Editores do volume 6

José Marcelino de Rezende Pinto – Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, Brasil
 Nalú Farenzena – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, Brasil

Comitê Editorial

José Marcelino de Rezende Pinto – Universidade de São Paulo, Brasil
 Juca Gil – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
 Theresa Adrião – Universidade Estadual de Campinas, Brasil
 Ângelo Ricardo de Souza – Universidade Federal do Paraná, Brasil
 Márcia Aparecida Jacomini – Universidade Federal de São Paulo, Brasil

Conselho Editorial

Alejandro Morduchowicz Universidad Pedagógica, Provincia de Buenos Aires, Argentina	Maria Dilnéia Espíndola Fernandes Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil
Fernanda Saforcada Universidade de Buenos Aires, Argentina	Nalú Farenzena Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
Jacques Velloso Universidade de Brasília, Brasil	Nelson Cardoso do Amaral Universidade Federal de Goiás, Brasil
João Monlevade Senado Federal, Brasil	Nicholas Davies Universidade Federal Fluminense, Brasil
Jorge Abrahão de Castro Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada / IPEA, Brasil	Rosana Evangelista Cruz Universidade Federal do Piauí, Brasil
Juca Gil Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil	Rosana Gemaque Universidade Federal do Pará, Brasil
Lisete Regina Gomes Arelaro Universidade de São Paulo, Brasil	Robert E. Verhine Universidade Federal da Bahia, Brasil
Luis Carlos Sales Universidade Federal do Piauí, Brasil	Romualdo Portela de Oliveira Universidade de São Paulo, Brasil
Luiz de Sousa Junior Universidade Federal da Paraíba, Brasil	Theresa Adrião Universidade Estadual de Campinas, Brasil
Luiz Fernandes Dourado Universidade Federal de Goiás, Brasil	Tristan McCowan University of London, Reino Unido
Magna França Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil	Vera Jacob Universidade Federal do Pará, Brasil
Maria Beatriz Luce Universidade Federal do Pampa, Brasil Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil	Vera Peroni Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
Marcos Edgar Bassi Universidade Federal do Paraná, Brasil	Vitor Henrique Paro Universidade de São Paulo, Brasil

Equipe editorial

Projeto gráfico: Tiago Tavares
 Diagramação, Revisão de português e normalização: Edson Leonel de Oliveira
 Revisão de inglês: Ananyr Porto Fajardo

Fineduca – Revista de Financiamento da Educação

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Faculdade de Educação

Av. Paulo Gama, s/n | sala 1004 | CEP: 90046-900 | Porto Alegre/RS

Telefone/Fax: (55) 51 3308-3103 | e-mail: revista.fineduca@gmail.com | site: <http://seer.ufrgs.br/fineduca>